

# “AQUI IMPERA O VELHO OESTE”

Por José Coutinho Júnior

A greve dos funcionários da limpeza da USP, iniciada em abril deste ano, responsável pela paralisação das aulas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), e que desencadeou mais duas greves de funcionários (funcionários da reitoria e da empresa terceirizada GSV, que prestam serviços na área de vigilantes do Hospital Universitário da Universidade), serviu para colocar em xeque a pouca noção de democracia que ainda existia na instituição: a greve ocorreu porque a União, empresa empregadora dos trabalhadores, não estava pagando o salário dos seus funcionários.

Em nota do dia 12 de abril, o Sindicato dos Trabalhadores da USP (SINTUSP) afirma que “hoje, os trabalhadores da União tem que ter garantidos os seus direitos, que começa pelo recebimento imediato do salário. É necessário exigir a manutenção dos postos de trabalho para todos aqueles que queiram. E deve-se lutar contra faltas ou qualquer punição. Obviamente que uma universidade não pode funcionar se transformada em lixo. Tanto é que na FFLCH as aulas já foram suspensas. Mas quem está transformando a Universidade em lixo não são os terceirizados que lutam pelo seu salário, e sim o Reitor João Grandino Rodas e sua política de privatização”.

Após 20 dias em greve, os trabalhadores da União finalmente conseguiram seus salários, no entanto, perderam o emprego; enquanto estavam em greve, a direção da Universidade contratou a empresa de limpeza O.O. Lima para realizar os serviços de limpeza. Esse episódio deixou em evidência a precarização, humilhação e péssimas condições de trabalho pelas quais estão sujeitos os funcionários terceirizados. Além de ganhar pouco para trabalhar muito, não ter praticamente nenhum direito (uma funcionária alegou que teve de abrir mão do auxílio-transporte na hora de assinar o contrato) e não ter qualquer tipo de vínculo com o local de trabalho, ao se revoltarem contra um abuso como esse, já que nem o seu salário estava mais garantido, eles foram simplesmente substituídos por outros trabalhadores, que vão ser tão (ou mais) explorados quanto eles.

**Orgulho de ser PUC** – A greve na USP foi uma situação limite que mostrou o quão perversa é a terceirização. No entanto, este método de contratação se torna cada vez mais popular, pois além de reduzir custos, diminuiu a força dos trabalhadores como classe. Isso não é novidade para a comunidade puquiã, pois desde o corte de gastos feito na gestão da gestão da professora Maura Vêraz, que resultou em uma demissão drástica no quadro de professores e funcionários (420 e 262 respectivamente), a universidade contratou trabalhadores terceirizados nas áreas de limpeza e segurança, das empresas “Higilimp” e “Graber”, res-

*Condição dos funcionários terceirizados da USP gera precarização do trabalho e mostra que a universidade não é tão democrática quanto diz; problema semelhante afeta trabalhadores na PUC-SP*



pectivamente. A PUC-SP tem um histórico de conquistas de direitos dos trabalhadores. O acordo trabalhista de professores e funcionários, que vem sendo constantemente atacado pelas instâncias superiores da universidade, é bem avançado: ele foi, por exemplo, o primeiro acordo no país a garantir auxílio-paternidade para os trabalhadores.

Ao substituir a segurança e limpeza comunitárias até então existentes, que estavam integradas à lógica da universidade, por funcionários terceirizados, a PUC, além de retroceder em sua política trabalhista, ignorou a dinâmica social inerente à universidade. A Graber, segundo o *site* da própria companhia, é especializada em segurança de grandes companhias e bancos, com profissionais treinados para combater roubos, sequestros e ameaças terroristas. Obviamente, esses profissionais não estão preparados para lidar com a dinâmica social de uma universidade, o que causa diversos confrontos entre a Graber e a comunidade puquiã. Segundo Bobby (nome fictício, pois teme perder o emprego se for identificado), funcionário da Graber, em entrevista para o **Contraponto**, “Nenhum dos funcionários que vem para cá recebe qualquer tipo de treinamento diferenciado. Uma curiosidade: Um novato recentemente perguntou no seu primeiro dia de trabalho na PUC: ‘Que qui é aqui?’”

Sobre a relação entre os funcionários da companhia e a universidade, Bobby comenta que

“A relação entre nós não é boa porque a Graber e a PUC não querem. O raciocínio é: ‘enquanto falarem mal da segurança é sinal de que ela está fazendo o seu trabalho. Quando vocês começarem a elogiar é porque tem alguma coisa errada’”. Isso pode ser comprovado com a prática da universidade em rotacionar os funcionários: quando a chefia, seja da Graber ou da Higilimp, percebe que um funcionário está dialogando com a comunidade, esse funcionário é mandado para um outro perímetro da universidade.

Tudo isso é feito para que os terceirizados da PUC não tenham capacidade para se mobilizar. Quando a segurança e limpeza eram comunitárias, essas duas categorias eram muito importantes para que os funcionários (na época com maior força e organização) pudessem reivindicar suas pautas. Trabalhadores mais antigos do campus (que também não serão identificados) dizem que “quando nós fazíamos uma greve para reivindicar aumento salarial, por exemplo, a direção da PUC só negociava após a adesão dos funcionários da limpeza. Imagina a PUC sem qualquer tipo de limpeza por dois ou três dias”.

Com a terceirização, a força da categoria diminuiu consideravelmente; além disso, a opressão que os terceirizados da PUC sofrem é grande. Em maio de 2009, duas funcionárias da Higilimp fizeram uma denúncia ao jornal *PUCViva* sobre as condições de trabalho encontradas. As reclama-

ções são de todo tipo: o vale transporte e refeição são recebidos com atraso, não tem materiais de limpeza decentes para trabalhar, são maltratadas pela supervisora e, ironicamente para quem limpa a universidade, “nosso café da manhã é com pão mofado e café com sujeira dentro. Na hora do almoço as baratas passam na parede e na mesa que almoçamos.”

Pouco tempo após esta denúncia, outro funcionário da Higilimp, chamado Anderson Ferreira

da Silva, declarou para o site da Associação dos Professores da PUC-SP que as duas terceirizadas foram demitidas por conta das denúncias, e acrescentou novas queixas às condições de trabalho na universidade. “As funcionárias reclamam do uniforme para as encarregadas e dizem que, caso seja dado um outro, será descontado do salário. As botas que são obrigatórias do uniforme machucam as funcionárias e provocam rachaduras nos pés. Quando é pedido novos sapatos, ficam meses sem recebê-

das pela encarregada Palmira que nem cachorras. Quando não tem funcionários ela escolhe algumas para fazer todo o trabalho pesado, enquanto outras, as que ela mais gosta, ficam passeando com ela pela faculdade. As funcionárias são xingadas pela Palmira de nomes como ‘piranha’, ‘galinha’, ‘lerda’, ‘vagabunda’ e, quando as funcionárias reclamam da cesta básica, as encarregadas afirmam que irão resolver, porém não resolvem nada”.

Para Bobby, “Aqui impera o velho oeste, onde o bandido e seus comparsas podem tudo. É a lei do mais forte. Nossa relação é a pior possível. Exceto para aqueles que são ‘amigos’ e ‘puxa-sacos’. Aos nossos superiores faltam-lhes competência, profissionalismo, ética, respeito, preparo, treinamento, liderança, comunicação, diálogo, bom senso e humildade. Quanto à Reitoria e direção de faculdade a relação é inexistente. Outra curiosidade: Na sede da Graber, a PUC tem a fama de ser o pior posto para se trabalhar.”



## Vendo-me

Por Letícia Naísa\*

Vou fazer um poema  
Que tenha como função  
Abrir os olhos dos cegos

Os tios invisíveis  
Só perceptíveis  
Quando fazendo falta  
Na sala trancada  
Na sujeira do chão

Cuspidos  
Xingados  
Pisados

Incapazes de serem vistos  
Dentro da guarita  
Com um guarda-sol

No sol do meio-dia  
E da meia-noite  
De terno e gravata  
Suados

Vendendo-se  
De corpo e alma  
Prostituindo-se  
Alienando-se  
Dia e noite.

No fim do mês  
A recompensa  
Péssima  
Ingrata.

Amanhã de manhã  
Tudo de novo  
Vendendo meu corpo  
Todo de novo.

\* Letícia Naísa é estudante do primeiro ano de Jornalismo da PUC-SP e Secretária de Produção do **Contraponto**

los e acabam pagando com o dinheiro do próprio bolso. (...) Quando os funcionários faltam por não terem dinheiro da condução, que é sempre dado com atraso, é descontado o dia. (...) Muitos funcionários reclamam com dor na coluna e muitos reclamam devido à luva que não presta, pois rasgam fácil e causam micose nas mãos.

Os seguranças da Graber se manifestaram pelo PUCViva neste ano, com duas denúncias referentes à renovação do contrato PUC-Graber. Segundo eles, esta renovação prevê um corte de gastos, e traria consigo uma maior precarização do trabalho, pois isso irá acarretar em demissões e em sobrecarga de trabalho para os que ficam. Além disso, eles denunciaram que alguns seguranças foram agredidos fisicamente por dois “chefes” da Graber. Bobby diz que as condições de trabalho sempre foram ruins: “As denúncias, na verdade, não são de agora. Tiveram início em 2007 quando foi enviado um email para a Ouvidoria da PUC relatando-se algumas denúncias. Na época a Ouvidoria encaminhou-as para a Reitoria, que passou para o PAC (Setor de Atendimento Comunitário), que por sua vez passou para o Coordenador da Graber, que por sua vez convocou uma reunião com os Grabers e deu uma bela ‘comida de rabo’ em todos”.

A relação entre os funcionários e a coordenação é uma das principais reclamações dos terceirizados. Anderson, da Higilimp, disse em sua denúncia que “As funcionárias da tarde são trata-

“AQUI IMPERA O VELHO OESTE, AONDE O BANDIDO E SEUS COMPARSAS PODEM TUDO. É A LEI DO MAIS FORTE. NOSSA RELAÇÃO É A PIOR POSSÍVEL. EXCETO PARA AQUELES QUE SÃO “AMIGOS” E “PUXA-SACOS”

**Trabalho “interessante”** – Na edição número 57 do **Contraponto**, o reitor Dirceu de Mello concedeu uma coletiva ao jornal, após ter assumido o cargo, na qual respondeu ao ser indagado sobre o que ele faria em relação à Graber que “você me coloca numa situação muito difícil. Se eu disser o que eu vou fazer fica muito desagradável. Não posso dizer. A resposta comprometeria todo meu plano gestor”. Na Audiência pública realizada no ano passado entre a comunidade e o Consad (Conselho Superior Administrativo da universidade), o reitor disse que a questão da Graber era de “máxima prioridade” e que ele tomaria uma atitude; no entanto, ele também declarou na mesma audiência que achava o trabalho terceirizado “interessante”.

Como não existe nenhum vínculo entre a PUC e os funcionários terceirizados, a direção da faculdade sempre se esquivou do tema quando alguma denúncia surge. Quando as funcionárias da Higilimp que denunciaram as péssimas condições de trabalho foram demitidas, o pró-reitor de Cultura e Relações Comunitárias, Hélio Deliberador, declarou que as condições de trabalho dos funcionários terceirizados são de responsabilidade das empresas contratadas. As denúncias dos seguranças da Graber contra a chefia simplesmente foi levada para a mesma chefia que os oprime.

É possível resolver a questão dos terceirizados na PUC-SP? Se houver interesse das instâncias superiores, talvez fosse possível integrar à instituição os seguranças da Graber e funcionários da Higilimp que lá trabalham hoje. Segundo Bobby, “Talvez se fosse trocada toda essa atual chefia por outra mais capacitada, experiente e com uma visão pedagógica e social... se os Grabers que ficarem recebessem treinamento adequado e salários condizentes... se fossem contratados pela universidade... quem sabe?” No entanto, pelas atitudes e omissões tomadas pela reitoria e Fundação São Paulo ao longo desses últimos quatro anos, não parece que isto irá acontecer.